### CAPÍTULO 13.º

## Serviços de saúde militar

### Pessoal dos serviços de saúde militar

#### Pessoal técnico:

Artigo 293.º— Remunerações certas ao pessoal em exercício:

200.000300

## CAPÍTULO 14.º

## Serviços de veterinária militar

### Pessoal do serviço veterinário

· Artigo 337.º— Remunerações certas ao pessoal em exercício:

25.000400

### CAPÍTULO 15.º

## Serviços de administração militar

### Pessoal do serviço de administração militar

Artigo 348.º— Remunerações certas ao pessoal em exercício:

400.000\$00

### CAPÍTULO 16.º

Secretariado militar, picadores militares e chefes de bandas de música do exército

## Picadores militares

Artigo 383.º— Remunerações certas ao pessoal em exercício:

60.000\$00

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 20 de Janeiro de 1934.— O Director de Serviços, Ildefonso Ortigão Peres.

## MINISTÈRIO DA MARINHA

# 6. Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 20 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 6.000\$\( \text{f} \) da epígrafe 1-a \( \text{p} \) para a epígrafe 1-b \( \text{do do artigo 108.°}, \text{do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico.} \)

6.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 22 de Janeiro de 1934.— O Director de Serviços, R. Quintanilha.

# MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

# 7.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

## Decreto-lei n.º 23:503

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

São efectuadas, dentro do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano económico de 1933-1934, as transferências de verbas constantes do mapa anexo ao presente decreto e que dele faz parte.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 25 de Janeiro de 1934.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarãis — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

Mapa a que se refere o decreto-lei n.º 23:503, da presente data, e que dêle fica fazendo parte

Classificações					Alterações	
Capitulo	Artigo	Número	Rubrica	Designação da despesa	Para mais	Para menos
2.•	18.•	1)	a)	Vencimentos fixos do pes- soal consular em exer-	_	
	٠	3)	-	cício no estrangeiro Pessoal destacado de ou- tros serviços do Es-	<b></b> ≱}	40.000\$00
	19.•	1)	(a)	tado		13.521\$00
	00.0	-		dios (a consulados de 4.º classe)	-\$	6.111\$00
პ.º	<b>2</b> 8.°	1)	a)	Vencimentos fixos do pes- soal diplomático em exercício no estran-		
4.•	37.•	-	3.4	geiro	-\$-	9.118\$00
				de Portugal em Lon- dres	68.750\$00	
					68.750 \$00	68.750400

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de Janeiro de 1934.—O Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Mata.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

## Decreto-lei n.º 23:504

Tornando-se necessário esclarecer as dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 22:783, de 29 de Junho de 1933, que reorganizou os serviços de radiocomunicações do Estado;

Usando da faculdade conferida pela 2.º parte do n.º 2.º

do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários contratados ou assalariados para prestar serviço na Direcção dos Serviços Radioeléctricos ou nos estúdios da emissora nacional, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 22.º do decreto n.º 22:783, de 29 de Junho de 1933, perceberão a remuneração mensal ou diária que for fixada por despacho ministerial, sob proposta do administrador geral dos correios e telégrafos.

Art. 2.º Os funcionários referidos no artigo anterior ficam sujeitos às disposições de carácter disciplinar em vigor aplicáveis aos serviços da Administração Geral

dos Correios e Telégrafos.

Art. 3.º Os encargos resultantes do presente diploma e do citado decreto n.º 22:783 serão satisfeitos por conta da verba inscrita no n.º 404) do orçamento da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 25 de Janeiro de 1934. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimardis — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastido Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

3.ª Secção

## Decreto n.º 23:505

Considerando que era pensamento do Govêrno, ao publicar o decreto-lei n.º 22:997, que criou o serviço autónomo para fornecimento de luz e água à cidade de Loanda, estabelecer que o presidente do conselho de administração do mesmo serviço fôsse o membro nomeado pelo governador geral de Angola, devendo atribuir-se a lapso a determinação do § 1.º do artigo 2.º do mesmo decreto, que comete aquela função ao membro nomeado pela câmara municipal;

Usando da faculdade conferida pelo § 2.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, por motivo de urgência, o Ministro das Colónias

decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O § 1.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º |22:997, de 29 de Agosto de 1933, passa a ter a seguinte redacção:

Servirá de presidente o membro do conselho de administração nomeado pelo governador geral de Angola, que executará todas as deliberações do conselho e exercerá as funções de gerência inerentes ao serviço.

Art. 2.º Fica revogado o § 1.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º 22:997, de 29 de Agosto de 1933.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colônia de Angola.

Paços do Govêrno da República, 25 de Janeiro de 1934. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Armindo Rodrigues Monteiro.

## MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

## Decreto-lei n.º 23:506

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

promulgo, para valer como lei, o seguinte:
Artigo 1.º No orçamento do Ministério do Comércio e
Indústria aprovado para o corrente ano económico de
1933-1934 são inscritas as verbas abaixo designadas,
que constituirão as seguintes rubricas:

### CAPÍTULO 2.º

#### Secretaria Geral

Despesas com o pessoal:

Artigo 10.0-A (novo).- Outras despesas com o pessoal:

Fardamentos ao pessoal menor do Ministério. . 2.500\$00

## CAPÍTULO 3.º

### Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Diversos encargos:

. Artigo 20.º - Encargos administrativos:

5.000\$00 7.500\$00

Art. 2.º No mesmo orçamento são anuladas as seguintes importâncias:

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor. Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1934.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarãis — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião García Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.